Formulário: i-Fiscal Nacional - 2024	**Tribunal** TCMRJ
Data Emissão: 09/04/2024 13:08:49	**Município** 3304557
Nome Município: RIO DE JANEIRO	**Início:** 13/03/2024 11:32:10
Término: 08/04/2024 17:40:37	**Item:** i-Fiscal
Status: Aguardando Validação	

Estrutura

1.Há estrutura administrativa voltada para a administração tributária?
Sim

1.1.A prefeitura dispõe de recursos humanos para a operacionalização das atividades relacionadas a administração tributária?
Sim

1.1.1.Os fiscais tributários recebem treinamento específico para execução das atividades inerentes ao cargo?
Não

1.1.2.O Município possui Plano de Cargos e Salários específico para seus fiscais tributários?
Sim

1.1.2.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Plano de Cargos e Salários específico dos fiscais tributários:
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/ato.asp?16550

1.2.Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades da administração tributária:
Recursos Tecnológicos (11.25), Estrutura Física (11.25), Recursos Materiais (11.25), Recursos Orçamentários (11.25).

1.3.Há segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade?
Não

2.O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?
Sim

Receita Pública - I

3.O Município adotou medidas efetivas para aumento da arrecadação?
Sim

3.1.Assinale as medidas implementadas para aumento da arrecadação:
Recadastramento de Imóveis, Programas de Recuperação Fiscal, Implementação de Nota Fiscal Eletrônica, Convênios com a União e o Estado para compartilhamento de Informações, Protesto da Certidão de Dívida Ativa, Outros.

Transparência, Controle e Fiscalização - I

4.Houve revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário?
Não

5.O instrumento da Planta Genérica de Valores (PGV) foi aprovado por lei, conforme previsto no Código Tributário Nacional (CTN)?
Sim

5.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento Normativo de aprovação da Planta Genérica de Valores (PGV):
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/ato.asp?55429

5.2.O Código Tributário Municipal ou Lei específica que tenha instituído o IPTU prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV)?
Sim

5.2.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento normativo de revisão da Planta Genérica de Valores (PGV):
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/ato.asp?55429

5.3.Os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário atualizam a base de cálculo do IPTU?
Sim, de forma automática no sistema

Receita Pública - II

6.O município adotou programa de isenção do IPTU?
Sim

6.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento normativo de regulamentação do programa de isenção do IPTU:
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/19925Lei_691_84.pdf

Transparência, Controle e Fiscalização - II

7.Houve rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISSQN?
Sim por meio de sistema automatizado

8.A pesquisa de autenticidade de notas fiscais eletrônicas está disponível ao público?
Sim, sem restrição

Receita Pública - III

9.O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi regulamentado?
Sim

9.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação do ITBI:
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/20012Lei%201364_88.pdf

9.2.O município estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel?
Não

10.A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) foi instituída?
Sim

10.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de instituição da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP):
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/32907Lei%205132_2009.pdf

10.2.Os recursos da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) foram movimentados em contas específicas?
Sim

11.No exercício de 2023, foram concedidos benefícios e incentivos de natureza tributária, financeira e creditícia da qual decorram em renúncia de receitas?
Sim

11.1.Há servidor ou setor responsável pelo acompanhamento e avaliação da renúncia de receita?
Sim

11.2.Há normas e procedimentos relativos à renúncia de receita?
Sim

11.2.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de regulamentação dos procedimentos relativos à renúncia de receita:
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/legis_consulta/64330Lei%207000_2021.pdf

11.3.O Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário?
Todas as renúncias concedidas estão contidas no demonstrativo

11.3.1.O valor da renúncia de receita de 2023 está compatível com a estimativa constante no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias?
Sim

11.4.Houve publicidade e transparência dos benefícios concedidos por Renúncia de Receitas em 2023?
Não

12.O município possui regulamentação sobre dívida ativa?
Sim

12.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação da dívida ativa:
https://www2.rio.rj.gov.br/conlegis/ato.asp?19925

12.2.Assinale os critérios estabelecidos na legislação sobre dívida ativa:
Restrição e controle da inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa (13.5), Início do trâmite da execução judicial da dívida ativa (13.5), Anistia (13.5), Remissão (13.5), Parcelamento da dívida ativa (13.5), Cobrança administrativa da dívida ativa (13.5).

13.No exercício de 2023 houve dívidas prescritas?
Sim

13.1.O montante da dívida ativa prescrita cobrada de forma judicial e extrajudicial estava registrado na conta de Provisão para Perdas de Dívida Ativa?

Não

Transparência, Controle e Fiscalização - III

14.A Prefeitura possui controle das ações judiciais em que é parte (polo passivo)?
Sim, de todas as ações

15.Os dados relativos à transparência na gestão fiscal são divulgados na página eletrônica do Município?
Sim

15.1.Assinale os itens que são divulgados na página eletrônica do Município:
Balanços de exercício (54), Prestação de contas do ano anterior (54), Parecer prévio do TC (54), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (54), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) (54), PPA, LDO e LOA (54).

16.Houve divulgação das receitas arrecadadas em tempo real?
Sim

16.1.Assinale os itens da receita divulgados em tempo real:
Categoria econômica (0.9), Origem (0.9), Valor arrecadado (0.9), Outros (0.9), Valor previsto (0.9).

17.Houve divulgação das despesas executadas em tempo real?
Sim

17.1.Assinale os itens das despesas divulgados em tempo real:
Valor empenhado (1.8), Valor liquidado (1.8), Valor pago (1.8), Número do processo da execução - nº empenho (1.8), Unidade Orçamentária - UO (1.8), Função (1.8), Subfunção (1.8), Categoria Econômica da despesa (1.8), Grupo de Natureza da despesa (1.8), Modalidade de aplicação (1.8), Elemento (3.6), Fonte de recurso (1.8), Favorecido do pagamento (1.8), Modalidade da licitação (1.8), Subelemento (3.6), Número do processo licitatório (1.8), Outros (1.8).

18.Houve divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?
Sim

18.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público:
https://jeap.rio.rj.gov.br/contrachequeapi/transparencia

19.Houve divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem?
Sim

19.1.Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação de diárias e passagens:
http://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio/despesas-com-diarias#titulo e https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjQyOTUxYTktMDMwMS00MWNhLTg2YjQtN2ViMWU5ZmU1ZmZkIiwidCI6IjFlYzIzODdjLThmNzctNGQ5Yi1hYjYwLTNkM2QxOGFlZTc4ZCJ9

Despesa Pública - I

20.Os repasses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da competência de 2023 foram realizados em qual prazo?
A maior parte dos repasses recolhidos acima de 90 dias do vencimento

21.A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral de Previdência Social - RGPS)?
Sim

21.1.As parcelas referentes ao parcelamento para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com vencimento em 2023 foram realizados em qual prazo?
Todas as parcelas foram recolhidas dentro do prazo legal

22.O Município efetuou, no exercício de 2023, compensação de encargos sociais junto à Receita Federal do Brasil?
Não

Transparência, Controle e Fiscalização - IV

23.Pontualidade na Prestação de Contas:
Encaminhou no prazo

24.Alertas recebidos advindo do Tribunal de Contas
Menor ou igual a 20

25.Informe: Balancetes rejeitados
Menor ou igual a 1

Receita Pública - IV

26.Informe: Análise da Receita (execução orçamentária): Receita arrecadada:
41 882 080 917,4300

27.Informe: Análise da Receita (execução orçamentária): Receita prevista atualizada:
43 939 172 652,0000

28.Informe: Análise da Receita (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura: Receita arrecada:
41 882 080 917,4300

29.Informe: Análise da Receita (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura: Receita prevista atualizada:
43 939 172 652,0000

Despesa Pública - II

30.Informe: Análise da Despesa (execução orçamentária): Despesa executada:
43 242 247 097,5400

31.Informe: Análise da Despesa (execução orçamentária): Despesa fixada final:
48 255 264 068,1200

32.Informe: Análise da Despesa (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura: Despesa executada:
42 153 498 522,5700

33.Informe: Análise da Despesa (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura: Despesa fixada final:
47 092 968 132,1200

34.Informe: Análise do resultado da execução orçamentária: Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
2 760 783 417,3800

35.Informe: Análise do resultado da execução orçamentária - Resultado Isolado da Prefeitura: Créditos Adicionais Abertos com base em Superávit Financeiro:
2 760 783 417,3800

36.Informe: Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar: Total de cancelamento dos restos a pagar no exercício:
327 014 574,7700

37.Informe: Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar: Posição inicial dos restos a pagar:
4 332 835 156,6500

38.Informe: Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar – Resultado Isolado da Prefeitura: Total de cancelamento dos restos a pagar no exercício:
318 862 128,6500

39.Informe: Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar – Resultado Isolado da Prefeitura: Posição inicial dos restos a pagar:
4 305 906 885,2700

40.Informe: Análise do Esforço de Pagamentos de Restos a Pagar: Total de pagamentos realizados:
3 826 341 479,8700

41.Informe: Análise do Esforço de Pagamentos de Restos a Pagar - Resultado Isolado da Prefeitura: Total de pagamentos realizados:
3 809 998 056,8600

42.Informe: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: Despesa com pessoal - Poder executivo:
15 015 700 943,4800

43.Informe: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: RCL - Receita Corrente Líquida:
31 485 683 768,6100

44.Informe: Despesa com pessoal - Poder Legislativo: Despesa com pessoal - Poder legislativo:
989 796 239,1800

Transparência, Controle e Fiscalização - V

45.Informe: Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit): Ativo financeiro:
6 820 090 310,9900

46.Informe: Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit): Passivo financeiro:
5 246 562 624,8800

47.Informe: Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit) - Resultado Isolado da Prefeitura: Ativo financeiro:
6 241 134 158,0800

48.Informe: Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit) - Resultado Isolado da Prefeitura: Passivo financeiro:
4 635 884 743,9000

Dívida e Endividamento - I

49.Informe: Apuração da dívida fundada (aumento/redução): Dívida Consolidada Líquida:
13 872 053 370,2100

50.Informe: Apuração da dívida fundada (aumento/redução): Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento:
31 841 247 193,6100

51.Informe: Apuração dos pagamentos dos precatórios: Saldo inicial dos precatórios:
410 351 363,5100

52.Informe: Apuração dos pagamentos dos precatórios: Saldo final dos precatórios:
547 453 122,3100

Transparência, Controle e Fiscalização - VI

53.Informe: Repasse de duodécimos às Câmaras: Valor utilizado pela Câmara em 2023:
775 160 463,4100

54.Informe: Repasse de duodécimos às Câmaras: Despesas com inativos:
248 044 529,5600

55.Informe: Repasse de duodécimos às Câmaras: Receita Tributária Ampliada de 2021:
20 582 252 175,0000

Receita Pública - V

56.Informe: Dívida Ativa: percentual de recebimento Saldo inicial da Dívida Ativa:
65 829 476 218,0800

57.Informe: Dívida Ativa: percentual de recebimento Total de Recebimentos:
1 125 414 905,9000

58.Informe: Dívida Ativa: percentual de cancelamento Total de Cancelamentos:
4 679 894 731,0400

Transparência, Controle e Fiscalização - VII

59.Informe: Resultado Primário (Operacional) Despesas Liquidadas até o Bimestre (Despesas Fiscais Líquidas):
39 728 965 083,8500

60.Informe: Resultado Primário (Operacional) Receitas Realizadas (Receitas Fiscais Líquidas):
38 845 366 067,5800

61.Informe: Índice de Liquidez Imediata Saldo do Ativo Disponível:
6 420 627 035,8200

62.Informe: Índice de Liquidez Imediata Passivo Circulante:
14 201 302 321,4000

Dívida e Endividamento - II

63.Informe: Limites de Endividamento: Regra de Ouro Operações de crédito:
2 054 352 741,0400

64.Informe: Limites de Endividamento: Regra de Ouro Despesas de capital liquidadas:
4 986 293 036,2200

65.Informe: Limites de Endividamento: Regra de Ouro Autorizações mediantes créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (-):
0,0000

Transparência, Controle e Fiscalização - VIII

66.Informe: Taxa de investimento: Despesa liquidada com investimentos (despesas classificadas pelo código 44 – investimentos) em 2023:
3 554 854 537,8500

67.Informe: Taxa de investimento: Valor da liquidação de Restos a Pagar não Processados no Exercício:
773 969 799,2300

68.Informe: Relação entre despesas correntes e receitas correntes Receita Corrente Arrecadada:
39 676 309 877,1300

69.Informe: Relação entre despesas correntes e receitas correntes Despesa Corrente Empenhada:
37 462 649 598,5800

70.Informe: Liquidez dos Restos a Pagar Estoque de restos a pagar (processados e não processados) – Saldo final 2023:
179 479 102,0100

Comentários

71.Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?
Sim

71.1.Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.
Apresento uma dúvida sobre o preenchimento do item 1.3 do i-Fiscal: Há segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade? O auditor-fiscal, responsável pela fiscalização, tem por dever funcional, ao constatar o débito fiscal, lançar o tributo devido. Ainda que se entenda como "lançadoria" apenas o lançamento direto (ou de ofício) que é o caso do IPTU, a mesma Coordenadoria é responsável por realizar fiscalizações ao longo do ano que são concluídas com lançamentos complementares. Sendo assim, não vislumbramos como poderia ser uma boa prática dissociar a fiscalização do lançamento tributário. Quanto ao item 4, "Houve revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário?", informamos que no município do Rio de Janeiro, por suas dimensões geográficas e densidade populacional, a revisão cadastral é feita anualmente em áreas limitadas, com uso de aerofotogrametria, inclusive. A revisão geral seria muito custosa e não teria muito efeito em áreas com predominância de prédios, como o centro e a zona sul da cidade.

Identificação do Respondente

72.Nome Completo
Cleonis Rodrigues de Souza Filho

73.Cargo
Agente de Fazenda

74.E-mail
crfilho@smf.rio.rj.gov.br

75.CPF
000.915.487-64